



Anais da Assembléia

Nº 114

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE SETEMBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 11:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Dullio Genari; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT - 07:** Algaci Omário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB - 03:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB - 12:** Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL - 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 86.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 1994

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Zuk.

Às quatorze e trinta minutos, foi registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Doutor Rosinha, Erondy Silvério, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nilton Barbosa, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (31). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Alceu Swarowski, Antônio Costenaro, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Ernani Pudell, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, Namir Piacentini, Nelson Garcia e Nelson Justus (21). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Cesar Silvestri e Emilia Belinati.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETARIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Emenda:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL
N.^o 002/94

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do artigo 64, § 3.^o da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Curitiba, segunda, em 19.09.94

Art. 1.^o - O § 1.^o do artigo 18 da Constituição Estadual, passa a ter a seguinte redação:

"§ 1.^o - O controle externo será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios, integrado por sete Conselheiros, com sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo Território Estadual."

Art. 2.^o - Ao artigo 18 da Constituição Estadual, ficam acrescentados os §§ 5.^o, 6.^o, 7.^o e 8.^o, com a seguinte redação:

"§ 5.^o - Os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios serão escolhidos:

I - Três sétimos pelo Governador do Estado, com a aprovação da Assembléia Legislativa Estadual.

II - Quatro sétimos pela Assembléia Legislativa Estadual.

§ 6.^o - A atividade do Ministério Público perante o Tribunal de Contas dos Municípios é exercida por integrantes do Ministério Público, designados pelo Procurador Geral da Justiça.

§ 7.^o - Haverá uma Procuradoria de Contas, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, integrada por Procuradores nomeados pelo Governador do Estado, dentre brasileiros, Bacharéis em Direito, mediante concurso público de provas e títulos, cuja competência e atribuições serão definidas em lei, nos moldes preconizados pela Lei Federal n.^o 8.443, de 16 de julho de 1992.

§ 8.^o - Ao Tribunal de Contas dos Municípios aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as disposições dos arts. 74, 75, 76, 77 e 78 da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.09.94.

(a) HEINZ HERWIG

Apoiamento: Carlos Simões, Luiz Carlos Zuk, Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Edson Silva Lino, Djalma de Almeida César, Cesar Silvestri, Hermas Brandão, Dalton Machuca, José Arthur Ritti, Nilton Barbosa, Erondy Silvério, João Iensen, Elio Rusch, Nelson Garcia, Dirceu Manfrinato, Júlio Bifon, Neivo Beraldin, Rossoni, Luiz Carlos Martins, Anibal Khury, Severino Félix, Algaci Túlio, Paulo Maia, Toti Colaço, Nelson Justus, Namir Piacentini e Antônio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

O Tribunal de Contas do Estado, tem a seu encargo, não apenas a gestão das grandes contas do Estado, mas também das contas municipais, tarefa esta que, sem dúvida, vem sendo corretamente cumprida. Contudo, esta centralização implica num trabalhoso e grande controle. Para melhor gerenciar esta tarefa, contribuindo para a sua eficiência, a criação do Tribunal de Contas dos municípios se faz necessária,

vindo evidentemente a tornar mais flexível e facilitar a administração das contas municipais do Estado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2177

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inversão da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 19.09.94.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2195

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.09.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 329/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O artigo 2° da Lei n° 9.886 de 26 de dezembro de 1991 passa a ter a seguinte redação.

"Art. 2° - Ficam revogados: o § 6° do artigo 3°; o § 3° do artigo 6°; o inciso VII do artigo 14; o § 3° do artigo 16 e o artigo 19, todos da Lei n° 8.925 de 28 de dezembro de 1988, e demais disposições em contrário.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 1994.

Sala das Sessões, em 19.09.94

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Lei n° 9.886 de 26 de dezembro de 1991 bem como as anteriores, estabelecem o tratamento tributário pertinente ao imposto sobre a propriedade de veículos automotores (I.P.V.A.) e mantido no âmbito de competência do Estado pelo artigo 155, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal do Brasil "Seção IV (Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal" - Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir: I - Imposto sobre: c) Propriedade de veículos automotores.

A apresentação deste projeto de lei é

a forma para revigorar a isenção do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (I.P.V.A.) aos veículos nacionais e estrangeiros, respectivamente, com mais de 15 e mais de 25 anos de fabricação. A proposição tem a mais alta procedência técnica e social. Com efeito ela objetiva dar isenção aos mencionados veículos.

Assim sendo, apresentamos o presente projeto de lei a apreciação dos nobres pares, esperando seja acolhido e aprovado por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não há expediente a ser lido.

Não há oradores no Pequeno e Grande Expediente, passaremos ao horário das Lideranças.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só quero lembrar a Vossa Excelência, da questão de Ordem levantada por mim na Sessão anterior, e gostaria de ver a deliberação da Mesa a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa irá responder ainda nesta Sessão.

Na última Sessão o Deputado Florisvaldo Fier, em questão de Ordem questionou a Mesa a respeito de fixarmos subsídios dos Senhores Deputados para a próxima Legislação.

E afirmava, naquela oportunidade que tal procedimento deveria ser feito antes do dia 3 de outubro.

Esta Presidência consultando o Regimento Interno da Casa, Constituições Estadual e Federal passa a informar o seguinte: da remuneração e ajuda de custo: Artigo 57 - "A remuneração dos Deputados, constituída de subsídio e representação e ajuda de custo e auxílios suplementares serão estabelecidos no fim de cada legislatura para a subsequente".

Constituição do Estado do Paraná - Artigo 54: "Compete privativamente a Assembléia Legislativa, inciso 7: "Fixar em cada legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados que será fixada nos mesmos índices concedidos aos servidores públicos e não poderá exceder a 2/3 do que perceberem, a qualquer título, os deputados federais".

Constituição Federal: - Artigo 49: - "E da competência exclusiva do Congresso Nacional, inciso 7: ficar idêntica remuneração para os Deputados Federais e Senadores em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõe os Artigos 150, inciso 2, 153, inciso 3, 153, parágrafo 2° inciso 1°".

Diante destas informações que nos traz a Constituição e o Regimento Interno da Casa entende esta Presidência que não há

determinação legal para que façamos a fixação dos subsídios antes do dia 3 de outubro, antes das eleições, mas que há sim, uma obrigação legal, constitucional de que façamos isso até o dia 31 de dezembro do corrente ano. E é desta forma que iremos agir.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Num dos municípios do interior do nosso Estado, neste ano foi julgada uma Ação Popular, contra os Vereadores daquele Município por eles terem fixado o subsídio após as eleições.

E o juiz julgou esta Ação e deu como inconstitucional aquele ato dos Senhores Vereadores.

Então há jurisprudência estabelecida de que deve ser feito isso antes do período eleitoral, em função até desse processo no interior.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O que temos conhecimento não sei se trata desse mesmo município, mas, se não me falha a memória, do Município de Ortigueira no Paraná, que a Lei Orgânica do Município descrito, aprovada e promulgada pelos Vereadores Municipais estabeleceu este comportamento da Câmara: deveriam os subsídios dos Senhores Vereadores ser fixados com base na Constituição do Estado e com base na Constituição Federal, porém, no caso específico daquele município deveria ocorrer antes do processo eleitoral.

Como a nossa Constituição não nos obriga a fazer esta fixação antes do dia 03 de outubro como a Constituição Federal também não nos remete a esta obrigação e como o Regimento Interno da Assembleia também fala que a fixação deva ocorrer até o final da legislatura, nós entendemos que a Assembleia Legislativa não está incorrendo em nenhuma omissão, em nenhum erro neste aspecto.

Portanto, durante os meses de outubro, novembro e dezembro a mesa irá adotar as providências que a Constituição Federal, Estadual e o Regimento estabelecem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Sr. Deputado Heinz Herwig, devidamente apoiada, constante do expediente. Recebida. Publique-se no Diário da Assembleia e em "Avulsos", para conhecimento dos Srs. Deputados.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente.

Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passamos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 021/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Tupinambá, desmembrado do Município de Astorga. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Em votação.**

O SR. JOSE TAVARES - Para encaminhar a votação.

(Assentimento).

Senhor Presidente, apenas para declarar o meu voto contrário à proposição porque sou o Deputado do Município e nestas condições a minha posição é contrária, em que pese compreender os méritos da iniciativa do eminente Deputado Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação. Os Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovado, artigo por artigo, com voto contrário do Deputado José Tavares.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 200/94, de autoria do Deputado Carlos Simões, que declara de Utilidade Pública a Associação para o Menor, com sede e foro no Município de São João do Triunfo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/94, de autoria do Deputado Carlos Simões, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de São João do Triunfo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/94, de autoria do Poder Executivo -

Mensagem n° 102/94, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 7.793.827,00 (sete milhões, setecentos e noventa e três mil, oitocentos e vinte e sete reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração. COM PARECER FAVORAVEL DA COMISSÃO GERAL DE PLENARIO. **Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. JOSE TAVARES - Requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vamos proceder à chamada nominal para verificação de votação da Proposição n° 314/94.

Com a palavra o Senhor 1° Secretário, Deputado Anibal Khury, para proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Anibal Khury) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 13 (treze) Senhores Deputados responderam

à chamada.

Não há quórum para prosseguimento da Sessão.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Só queríamos registrar a presença do Deputado Federal Antônio Bárbara nesta Casa e a presença do Vereador de Cianorte, Wilson Davanço.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência registra também, com satisfação, a presença entre nós do ex-Deputado e hoje Prefeito de Foz do Iguaçu, Dobrandino Gustavo da Silva.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 314/94.

Levanta-se a sessão.